

**ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**EXERCÍCIO DE 2024**

**GRUPO JOÃO SANTOS**  
**2024: REESTRUTURAÇÃO**



Posteriormente, em 7 de fevereiro de 2025, o Juízo Recuperacional proferiu decisão homologatória do referido Plano e concedeu a recuperação judicial ao Grupo João Santos. Em 10 de fevereiro de 2025, teve início o cumprimento do Plano, com o pagamento de R\$ 405.875,43 (quatrocentos e cinco mil, oitocentos e setenta e cinco reais e quarenta e três centavos) a 1.712 credores que já haviam disponibilizado seus dados bancários. Tal pagamento marca o início da concretização do Plano aprovado pelos credores e homologado judicialmente, documento que representa a legítima expressão dos esforços empreendidos pelas empresas Recuperandas para estruturar seu projeto de soerguimento, equalizando o passivo com seus credores, sem descuidar de sua missão de gerar empregos, renda, arrecadação tributária e impulsionar a economia nacional.

**2. PASSIVOS TRIBUTÁRIOS**

**2.1. TRANSAÇÃO COM PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – PGFN**  
 Desde os primeiros atos da atual gestão, tornou-se evidente que o soerguimento do Grupo João Santos dependia, de maneira decisiva, do equacionamento do passivo tributário federal, incluindo os débitos relativos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) vinculados a credores trabalhistas. Tal constatação impôs à administração não apenas a condução de negociações com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), mas também a busca por recursos no mercado financeiro, a fim de viabilizar o aporte necessário para a entrada na, então iminente, transação tributária. Após sucessivas rodadas de tratativas com instituições interessadas em atuar como intervenientes anuentes no acordo fiscal, o Grupo João Santos requereu ao Juízo Recuperacional autorização para convocação de reunião de sócios quotistas, com o objetivo de deliberar sobre a celebração (i) da transação tributária com a PGFN e (ii) da operação de financiamento com potencial investidor. O pedido foi deferido.

Na sequência, em 2 de setembro de 2023, o Grupo João Santos celebrou com a PGFN a maior transação tributária firmada no Brasil, mediante a qual um passivo tributário federal da ordem de R\$ 10,7 bilhões foi reduzido para aproximadamente R\$ 4 bilhões, sendo R\$ 2,5 bilhões pagos com a utilização de prejuízo fiscal ("PF"), valor esse condicionado à liquidação em até 36 (trinta e seis) meses, com utilização de PF e base de cálculo negativa (BCN) da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), resultando na redução de aproximadamente 86% do valor inscrito em dívida ativa.

Como terceiro interveniente anuente da Transação, figurou a ARC Capital ("ARC"), com a qual o Grupo João Santos, mediante autorização judicial, firmou contrato de financiamento na modalidade debor-in-possession (DIP), no valor de R\$ 238.000.000,00 (duzentos e trinta e oito milhões de reais). O referido financiamento foi garantido por (i) alienação fiduciária de imóveis e (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios.

Em outubro de 2024, as Recuperandas, dado o caráter dinâmico da Transação e a possibilidade de inclusão de novos débitos, nos termos da cláusula Cláusula 14ª, inciso III, e da Cláusula 22ª, ambações do Termo de Transação Individual, requereram o adiamento a Transação Tributária outora realizada, nos termos do Requerimento de n.º 20240344395 (Protocolo n.º 02625572024), até o presente momento pendente de deferimento, consolidação e instrumentalização por parte da PGFN.

**2.2. TRANSAÇÃO COM SEFAZ/ES**

Em julho de 2023, as empresas ITABIRA e - CBE, integrantes do GJS, firmaram junto à Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo o parcelamento tributário de seu passivo da monta de R\$ 620 milhões, alcançando uma redução de aproximadamente 45% e um prazo de pagamento de 180 meses.

Ressalta-se o fato de as empresas em questão não terem desembolsado diretamente, no exercício de 2023, quaisquer recursos para pagamento do débito, uma vez que o mesmo foi quitado a partir da origemação de R\$ 17,6 milhões de recursos bloqueados judicialmente.

Este acordo trouxe a possibilidade de acesso ao programa de incentivo fiscal do estado do Espírito Santo denominado COMPETE, além da plena regularidade operacional característica das empresas adimplentes com o fisco estadual. Ato contínuo, à vista do Edital PGE/ES Transação n.º 003/2024, de 23 de setembro de 2024, que permitiu o parcelamento de débitos tributários estaduais em até 145 (cento e quarenta e cinco) meses para empresas em recuperação judicial, com redução de até 30% (trinta por cento) de juros, multas e encargos, a ITABIRA protocolou - em 04/10/2024 e 08/10/2024 - requerimento eletrônico de adesão ao Programa "Regularize Capixaba", de Protocolo nº 2024-3NB12R, nele inserindo as CDA's remanescentes, com posterior concessão do benefício em 01 de fevereiro de 2025.

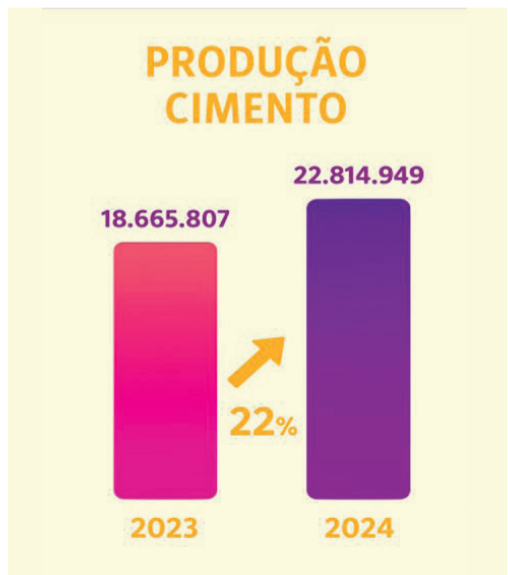
A Itabira Agro Industrial S.A. concluiu a adesão a parcelamentos e a regularização do passivo tributário com aquele estado, reduzindo um débito de R\$ 610 milhões para R\$ 330 milhões, a serem pagos em 180 meses. Com esse esforço, a empresa foi capaz de se habilitar o benefício fiscal capixaba denominado "Contrato de Competitividade" ("COMPETE-ES"), o que lhe foi concedido em fevereiro de 2024, garantindo-lhe crédito presumido de ICMS em suas operações internas e interestaduais. Estima-se que, a partir do gozo do benefício fiscal, a Itabira tenha uma redução efetiva de sua carga tributária estadual mensal em mais de R\$ 1 milhão, o que contribuirá consideravelmente para a competitividade do seu produto perante o mercado local e interestadual.

**2.3. PARCELAMENTO REALIZADO COM O ESTADO DE MINAS GERAIS**  
 Nossa unidade Itabira, em junho de 2024, aderiu ao "Refis mineiro", instituído pelo Decreto estadual nº 48.790/2024, alcançando o desconto de 50% (cinquenta por cento) de redução dos valores das penalidades e dos acréscimos legais incidentes sobre os créditos tributários por ela devidos no estado de Minas Gerais e os parcelando em 84 (oitenta e quatro) meses, com a diminuição de um passivo de R\$11,2 milhões para um débito total de R\$ 6,8 milhões.

**2.4. PARCELAMENTO REALIZADO NO ESTADO DO MARANHÃO**  
 Em dezembro de 2024, a Recuperanda Itapicuru, por meio de negociação colegiada com a Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão (SEFAZ/MA), a Procuradoria-Geral do Estado do Maranhão (PGE/MA) e o Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), celebrou transação tributária visando à redução e ao equacionamento de seu passivo tributário perante o referido ente federativo. Em decorrência do acordo, o passivo tributário, anteriormente estimado em R\$ 260 milhões foi reduzido para aproximadamente R\$ 160 milhões com parcelamento em 180 (cento e oitenta) prestações mensais.

**3. PLANO DE DESMABILIZAÇÃO**  
 Na esteira do plano de reperfilamento de sua dívida - notadamente no âmbito da Transação Tributária com a PGFN e do Financiamento DIP celebrado com a ARC Capital - e da consequente necessidade de alienação de ativos, o Grupo João Santos estabeleceu um Termo de Governança para a Alienação de Ativos, com etapas que vão desde os compromissos de confidencialidade com potenciais interessados em seus bens até a adoção das medidas societárias e judiciais cabíveis à alienação hígida, coordenada e profícua de seus ativos, sempre com vista à satisfação dos compromissos a serem honrados no âmbito da recuperação judicial ou fora dela, preservando aqueles essenciais e estratégicos para a consecução das atividades para as quais o Grupo é reconhecidamente vocacionado, a exemplo da mineração e do cimento.

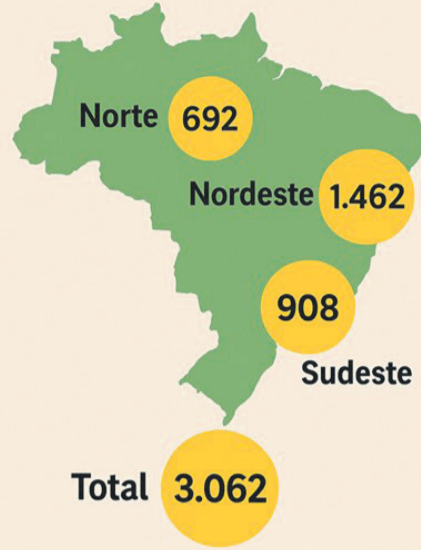
**4. EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO – CIMENTO**



A companhia no seu ramo de atividade principal, produção e comercialização de cimento, cresceu 22% em 2024 na fabricação de sacos. Apesar de ter sua retomada de atividade em setembro de 2023, a unidade cimenteira Itapicuru na cidade de Codó - MA, consolidou sua plena capacidade no início de 2024, o que proporcionou um acréscimo na produção total de cimento do grupo.

**5. RECURSOS HUMANOS**

**COLABORADORES**  
**POR REGIÃO**



Em 2024 sustentamos 3062 mil empregos, 31 estagiários e 73 aprendizes do programa Jovem Aprendiz, distribuídos desta forma:

**6. RESULTADOS NO ANO**

**6.1. MARCOS ESTRATÉGICOS NO ANO**  
 No decorrer do ano de 2024, o Grupo realizou diversas migrações de sistemas de gestão (ERPs), com o objetivo de estruturar fontes de dados mais confiáveis e garantir um detalhamento transparente das informações, essencial para a tomada de decisão. Paralelamente, desenvolveu-se um projeto de melhoria contínua de processos, envolvendo vários setores do grupo, focado na revisão de procedimentos, políticas internas e implantação de indicadores de gestão que promovem a padronização e eficiência operacional.

Em relação à área fiscal, foi realizada a reestruturação da equipe, visando maior assertividade nos números e otimização dos processos internos de apuração e investigação de incongruências identificadas. Como parte do alinhamento estratégico, a holding adotou um conjunto de boas práticas de gestão para análise e otimização dos resultados nas áreas administrativas e de produção, fortalecendo a cultura de excelência e eficiência. Também houve a contratação de consultorias especializadas, fruto de avaliação conjunta da presidência e diretorias, que prestaram suporte nas áreas de contabilidade, finanças, governança e business intelligence, contribuindo para a reestruturação e fortalecimento do grupo empresarial.

Em paralelo, foi iniciado um trabalho de reestruturação do organograma, com mapeamento e desenvolvimento de cargos operacionais, táticos e estratégicos, cujo propósito é aumentar a produtividade e reduzir gargalos na gestão interna. Por fim, complementando essas ações, destaca-se o desenvolvimento da área de dados (BI), que proporcionou uma visão integrada e clara das informações das operações dos setores de produção, financeiro, contábil e faturamento, fortalecendo a capacidade analítica e a tomada de decisões baseada em dados.

**6.2. COMPARATIVO 2023 X 2024**  
 O ano de 2024 foi marcado por uma evolução consistente nos indicadores financeiros da companhia, refletindo a efetividade das medidas de reestruturação, controle de custos e profissionalização da gestão. O destaque inicial vai para o crescimento de 14% na Receita Bruta, que passou de R\$ 966 milhões em 2023 para R\$ 1,1 bilhão em 2024. Esse aumento demonstra uma maior capacidade de geração de negócios, mesmo em um cenário desafiador.

A Receita Líquida também apresentou elevação expressiva, atingindo R\$ 855 milhões, um crescimento de 14% em relação ao ano anterior. Isso reforça a consolidação das ações comerciais e operacionais adotadas pela companhia. Do ponto de vista da eficiência, observou-se uma melhoria significativa na margem operacional, com forte impacto do controle sobre os custos dos produtos e serviços, que cresceram apenas 4% no período — bem abaixo da expansão da receita. Esse desempenho revela ganhos de produtividade, negociação com fornecedores e um uso mais racional dos recursos produtivos, resultando em uma margem bruta mais robusta.

As despesas comerciais, por sua vez, apresentaram crescimento controlado de 5%, mesmo diante do avanço das vendas. Esse comportamento aponta para uma estrutura comercial mais eficiente, com melhor aproveitamento dos investimentos, refletindo diretamente no aumento da rentabilidade operacional. Sob a ótica gerencial, que desconsidera efeitos não recorrentes, outro marco relevante foi a redução de 84% no prejuízo operacional antes do resultado financeiro (LAIR), que passou de R\$ (56,9) milhões em 2023 para R\$ (8,8) milhões em 2024, aproximando o Grupo de um ponto de equilíbrio sustentável. Além disso, o EBITDA gerencial, inverteu a trajetória negativa e apresentou um salto expressivo, saindo de R\$ (37,7) milhões para R\$ 11,2 milhões — uma variação de 130%, que traduz a melhoria no desempenho operacional e na geração de caixa.

Esses resultados positivos são fruto direto de um conjunto de ações estratégicas implementadas ao longo do ano em diversas áreas e setores do grupo.

**7. INVESTIMENTOS**

Foi investido no ano de 2024 o total de R\$ 2.023 mil na atualização tecnológica entre softwares e equipamentos de informática para promover a integração das áreas financeira, contábil e de produção das unidades operacionais. Para o ano de 2025 estão previstos investimentos de aproximadamente R\$ 4 milhões para dar continuidade no plano de modernização das áreas de gestão da produção e comercial. Os estudos para a retomada de produção de uma unidade cimenteira no segundo semestre de 2025 e outra no primeiro semestre de 2026, estão em estágio avançado, levando em consideração mercado a ser atingido e cronograma de desmobilização de ativos do grupo que não mais fazem parte do planejamento estratégico.

**8. COMPLIANCE E LGPD**

A companhia iniciou em 2024 uma série de ações divididas em 4 eixos principais: conscientização, gestão de risco, gestão da estrutura legal/normativa e LGPD. Nos eixos conscientização e gestão de risco, foram desenvolvidas ações de mapeamento de riscos por processo e por item em duas unidades, com gradação pelo impacto e probabilidade de ocorrência, elaboração da matriz de riscos e elaboração do plano operativo. No âmbito da gestão de estrutura legal e normativa, foi elaborado o Código de Ética e Conduta e realizado o levantamento das normas existentes na companhia. Com relação à LGPD, foram feitas adequações nas recepções das unidades, e elaboração do ROPA - registro das atividades de tratamento de dados.

**9. RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES**

Nossos auditores independentes não podem prestar serviços de consultoria durante a vigência do contrato de auditoria, seguindo determinação da administração do Grupo João Santos. A BKR Auditores Independentes Ltda. ("BKR"), é atualmente a empresa responsável pela prestação de serviços de auditoria independente nos exercícios sociais de 2023 e 2024.

Balancos Patrimoniais			
Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)			
	Nota	2024	2023
(Reapresentado)			
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.886.057	4.061.924
Contas a receber de clientes	7	20.221.496	19.895.280
Estoques	8	81.069.614	85.551.345
Impostos a recuperar		516.427	2.571.609
Adiantamentos	9	18.159.653	18.793.605
Despesas antecipadas		72.457	72.457
Outras contas a receber	10	10.049.200	13.685.567
		132.974.904	144.631.787
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de clientes	7	18.576.857	-
Depósitos e bloqueios judiciais		94.834	41.191.824
Partes relacionadas	25	715.254.292	798.917.065
Outras contas a receber	10	3.999.845	2.919.417

Investimentos	11	5.007.673	5.007.673
Imobilizado	12	108.718.570	112.449.206
		851.652.071	960.485.185
<b>Total do Ativo</b>		<b>984.626.975</b>	<b>1.105.116.972</b>
	Nota	2024	2023
<b>(Reapresentado)</b>			
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	13	10.265.865	81.769.032
Obrigações sociais e trabalhistas	14	32.082.892	500.342.121
Obrigações fiscais	15	545.262.174	2.414.967.565
Parcelamentos tributários	16	29.829.442	20.923.818
Adiantamentos de clientes	17	3.507.346	3.965.199
Outras contas a pagar		22.305	-
		620.970.024	3.021.967.735
<b>Não circulante</b>			
Obrigações fiscais	15	293.873.439	-
Parcelamentos tributários	16	332.867.366	261.376.771
Provisão para passivos financeiros	18	141.534.891	141.534.891
Passivos em recuperação judicial	19	101.832.617	65.550.200
Partes relacionadas	25	397.755.181	333.309.663
Provisão para contingências	20	75.083.211	-
		1.342.946.705	801.771.525
<b>Passivo a descoberto</b>			
Capital social	21	410.644.232	410.644.232
Prejuízos acumulados		(1.389.933.986)	(3.129.266.520)
		(979.289.754)	(2.718.622.288)
<b>Total do Passivo e do Passivo a Descoberto</b>		<b>984.626.975</b>	<b>1.105.116.972</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados			
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)			
	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	22	256.895.485	250.580.504
Custo dos produtos vendidos	23	(204.391.534)	(222.192.600)
Resultado bruto		52.503.931	28.387.904
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais, gerais e administrativas	23	(118.796.147)	(34.778.287)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		1.495.771	(2.543.042)
		(117.300.376)	(37.321.329)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(64.796.445)	(8.933.425)
Receitas (despesas) financeiras	24	1.283.682.621	1.162.746
Receitas financeiras	24	(135.617.180)	(2.580.374)
Despesas financeiras	24	1.148.065.441	(1.417.628)
<b>Lucro líquido (Prejuízo) do exercício</b>		<b>1.083.268.996</b>	<b>(10.351.053)</b>
<b>Número de ações ao final do exercício</b>	21(a)	<b>1.336.602</b>	<b>1.336.602</b>
<b>Lucro líquido (Prejuízo) do exercício por ação</b>		<b>810,46</b>	<b>(7,74)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Passivo a Descoberto			
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)			
	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2023 (Originais)</b>			
Ajustes de exercícios anteriores	2.2	-	(41.330.409)
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2023 (Reapresentados)</b>			
Ajustes de exercícios anteriores	21(c)	-	40.017.065
Prejuízo do exercício		-	(10.351.053)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>			
Ajustes de exercícios anteriores	21(c)	-	251.042.134
Compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL	15(ii)	-	405.021.404
Lucro líquido do exercício		-	1.083.268.996
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>			
		410.644.232	(1.389.933.986)
			(979.289.754)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto			
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)			
	Nota	2024	2023
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		1.083.268.996	(10.351.053)
Ajustes por:			
Depreciação, amortização e exaustão do imobilizado		7.380.073	8.626.923
Baixas no imobilizado, líquidas de depreciação		-	312.779
Ajustes no saldo de depreciação		-	(537.924)
Provisão para passivos financeiros		-	(34.773.439)
Provisão para contingências		75.083.211	(49.342.508)
Ajustes de exercícios anteriores		251.042.134	40.017.065
Compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL		405.021.404	-
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício - ajustado		1.821.795.818	(46.048.157)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Contas a receber de clientes	(18.903.073)	(4.450.739)
Estoques	4.481.171	(32.351.890)
Impostos a recuperar	2.055.182	6.456.577
Adiantamentos	633.952	(7.310.105)
Outras contas a receber	2.555.939	26.905.135
Depósitos e bloqueios judiciais	41.096.990	(28.602.824)
Fornecedores	(71.503.167)	(17.254.008)
Obrigações sociais e trabalhistas	(468.259.229)	55.523.728
Obrigações fiscais	(1.575.831.952)	388.085.512
Parcelamentos tributários	80.396.219	(364.785.663)
Adiantamentos de clientes	(457.835)	(17.632.794)
Outras contas a pagar	22.305	(22.037.034)
Passivos em recuperação judicial	36.282.417	65.550.200
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(145.634.721)	2.047.938
Atividades de investimentos		
Adições no imobilizado	(3.649.437)	(3.222.358)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(3.649.437)	(3.222.358)
Atividades de financiamentos		
Partes relacionadas	148.108.291	(9.580.162)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	148.108.291	(9.580.162)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa		
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	4.061.924	14.816.506
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	2.886.057	4.061.924
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.175.867)	(10.754.582)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras			
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)			

**1. Informações gerais**

**(a) Atividades operacionais**

A Itabira Agro Industrial S/A – Em Recuperação Judicial ("Companhia"), que faz parte do "Grupo João Santos – GJS", é uma sociedade anônima de capital fechado e que tem como objeto social: a) pesquisar e lavar jazidas minerais em todo território nacional para produção e venda de cimento, cal e produtos derivados ou correlatos; b) adquirir, instalar e explorar estabelecimentos industriais destinados à fabricação de cimento, cal, mosaicos e outros produtos industriais correlatos; c) adquirir e explorar terras de cultivo e pedreiras; d) contratar construção de obras públicas e particulares; e) exercer atividades rurais e agrícolas, inclusive, exploração pecuária e pastoril em geral, assim como agricultura própria da região; f) desenvolver projetos de florestamento e/ou reflorestamento, executando-os e/ou administrando-os, em terras de sua propriedade ou de terceiros; g) locação de modelos para fundição de partes e peças de equipamentos industriais; h) praticar quaisquer operações de comércio, inclusive importação e exportação, representação, comissões e conta própria; i) participar de outras empresas no país ou no exterior que tenham ou não objetivo social correlato; e j) praticar quaisquer atos e operações correlatas ou decorrentes dos objetos referidos nas alíneas anteriores. A Companhia possui sede na Fazenda Monte Libano, no município de Cachoeiro do Itapemirim, no Estado do Espírito Santo. A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão e a apresentação dessas demonstrações financeiras em 27 de junho de 2025.

**(b) Reestruturação**

Ap

**ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

administradores. Em 21 de dezembro de 2022, foi ajuizado o pedido de Recuperação Judicial da **Itabira Agro Industrial S/A**, que foi deferido em 23 de dezembro do mesmo ano, em conjunto com as demais empresas do **Grupo João Santos** (consolidação processual), nos termos da Lei nº 11.101/2005 ("Lei das Falências"), por meio do processo nº 0169521-37.2022.8.17.2001. Foram apontadas como principais razões do pedido: o alto grau de endividamento decorrente das garantias manifestamente excessivas e onerosas constantes dos contratos firmados com os seus credores, tendo estes ajuizado várias ações judiciais individuais, requerendo a penhora de seus ativos.

Os saldos reclamados por terceiros, divulgados na segunda lista de credores, em maio de 2023 e atualizada em setembro de 2024, está representada na Nota Explicativa nº 19.

Ao longo de 2024, houve o aperfeiçoamento da campanha de mediação com os diversos credores das Classes I, III e IV – recursos esses provenientes da reintegração de depósitos recuados, bem como, em 5 de novembro do mesmo ano, ocorreu a aprovação do Plano de Recuperação Judicial pela maioria dos credores. A homologação e decisão judicial do referido plano e a efetiva concessão da recuperação judicial do **Grupo João Santos** ocorreu no dia 7 de fevereiro de 2025, já tendo havido o início dos pagamentos dos credores desde então.

O objetivo da nova administração é conduzir a reestruturação operacional e financeira do Grupo. Logo, as demonstrações financeiras ora apresentadas pressupõem a continuidade das suas operações.

**(c) Desempenho operacional**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a **Itabira Agro Industrial S/A – Em Recuperação Judicial** apresentou insuficiência de capital de giro de R\$487.995.120 (R\$2.877.335.948 em 31 de dezembro de 2023), prejuízos acumulados de R\$1.389.933.986 (R\$3.129.266.520 até 31 de dezembro de 2023) e passivo a descoberto de R\$979.289.754 (R\$2.718.622.288 em 31 de dezembro de 2023). A Administração da Companhia está enviando esforços no sentido de equacionar as operações de modo a reverter a situação a médio prazo, por meio de ações internas e o pedido de recuperação judicial, citado na Nota Explicativa 1(b). Por estes motivos, não foi efetuado nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação dos ativos ou aos valores e à classificação dos passivos, que poderia ser necessário em função dos fatos citados.

**2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

**2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes, além do resultado do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

**2.2. Mudança nas políticas contábeis e representação de cifras comparativas** A Companhia decidiu contabilizar os investimentos, a partir de 1º de janeiro de 2024, pelo método de custo, o que significa que os mesmos serão registrados e mantidos no balanço pelo seu custo de aquisição, a menos que ocorra uma perda de valor significativa. Esta mudança foi motivada pelo entendimento de que a Companhia não possui influência significativa sobre suas investidas. A Companhia aplicou a nova política retroativamente, ajustando os saldos das contas de investimentos dos exercícios anteriores. Os efeitos da mudança estão apresentados nas demonstrações financeiras comparativas conforme demonstrado a seguir.

	2023	Ajustes	2023
	Original		Reapresentado
Ativo			
Não Circulante			
Investimentos	46.338.082	(41.330.409)	5.007.673
Passivo a descoberto			
Prejuízos acumulados	(3.087.936.111)	(41.330.409)	(3.129.266.520)

**2.3. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos em aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e risco insignificante de mudança de valor. Os referidos investimentos estão demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**2.4. Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores decorrentes da venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, as contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal faturado e, subsequentemente, deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou *impairment*), quando necessário.

A provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") é constituída com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras; (ii) instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, mas não apresentam evidência objetiva de *impairment*; e, (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de *impairment* na data-base.

**2.5. Estoques**

São mensurados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O método de avaliação dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal, excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

**2.6. Investimentos**

Consistem, em sua maioria, em quotas e/ou ações de sociedades e estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização e/ou perdas, quando necessário.

**2.7. Imobilizado**

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

**2.8. Fornecedores**

As contas a pagar são obrigações por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante.

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, sempre que houver necessidade.

**2.9. Provisão para contingências**

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

**2.10. Reconhecimento da receita**

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência de controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos ou, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos na prestação de serviços. Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos (iii) determinação do preço da transação (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

**(a) Venda de produtos**

A Companhia fabrica e vende cimento dos tipos CPV RS, CPIII 32 RS, CPiIE 32

RS, CPiII 40 RS.

A receita operacional da venda é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é reconhecida quando o valor dela pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

**(b) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido. Abrange todas as receitas de juros sobre ativos financeiros e ganhos nos instrumentos financeiros, além de juros, variações cambiais e monetárias sobre outros ativos. As receitas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

**2.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, caso aplicável.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

**2.12. Ativos e passivos financeiros**

**Ativos financeiros**

**Reconhecimento e mensuração inicial**

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**Classificação e mensuração subsequente**

Um ativo financeiro poderá ser classificado como: mensurado ao custo amortizado; ao VJORA (instrumento de dívida); ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes); instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

**Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio**

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados (por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos); e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

**Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros**

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente (o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato). Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

**Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
--	---

**Passivos financeiros**

**Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**Desreconhecimento**

**Ativos financeiros**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

**Passivos financeiros**

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

**Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo seu valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As demonstrações financeiras apresentadas não contêm nenhuma compensação de instrumentos financeiros.

**2.13. Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)**

**Ativos financeiros não-derivativos**

O Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida.

Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a Companhia levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas em créditos de liquidação duvidosa, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Companhia.

**Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperação como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as outras partes estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Em relação aos seus ativos financeiros, a Companhia avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja significativa.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

**Ativos não financeiros**

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

**3. Estimativas e julgamentos contábeis**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

**(a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa**

A Companhia efetua estudos para avaliar o registro de eventual provisão para fazer face a perdas na realização das contas a receber de clientes, considerando os riscos envolvidos e registra quando a administração identifica evidência objetiva de perda.

**(b) Recuperabilidade (Impairment) estimativa de ativos de vida longa**

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente o ativo imobilizado. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda; (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes de juros e impostos) derivados pelo contínuo uso de uma ativo até o fim de sua vida útil, método utilizado pela Companhia.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo do grupo destes ativos.

**(c) Provisão para contingências**

A Companhia discute questões civis e tributárias nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios e uma provisão para desembolsos

futuros é constituída a partir de análise da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos. Alterações em tendências de decisões ou jurisprudências em tribunais poderão alterar as estimativas ligadas a provisões para ações judiciais.

**4. Gestão de risco financeiro**

**4.1. Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros: risco de câmbio e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos especulativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

**(a) Risco de mercado**

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

**(b) Risco de liquidez**

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente.

**4.2. Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

**5. Instrumentos financeiros por categoria**

	2024	2023
Ativos conforme Balanço Patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	2.886.057	4.061.924
Contas a receber de clientes	38.798.353	19.895.280
Adiantamentos	18.159.653	18.793.605
Outras contas a receber	14.049.045	16.604.984
Partes relacionadas	715.254.292	798.917.065
	789.147.400	858.272.858
Passivos conforme Balanço Patrimonial		
Fornecedores	10.265.865	81.769.032
Adiantamentos de clientes	3.507.346	3.965.199
Outras contas a pagar	22.305	-
Provisão para passivos financeiros	141.534.891	141.534.891
Passivos em recuperação judicial	101.632.617	65.550.200
Partes relacionadas	397.755.181	333.309.663
	654.918.205	626.128.985

**6. Caixa e equivalentes de caixa**

	2024	2023
Caixa	8.189	6.354
Bancos conta movimento	2.810.892	362.460
Bancos contas judiciais	-	234.593
Aplicações financeiras	66.976	3.458.517
	2.886.057	4.061.924

**7. Contas a receber de clientes**

	2024	2023
--	------	------

**ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

**13. Fornecedores**

	2024	2023
Fornecedores nacionais	9.753.181	33.230.889
Fornecedores - partes relacionadas	512.684	48.538.143
	<u>10.265.865</u>	<u>81.769.032</u>

Durante o exercício de 2024, a Companhia não efetuou operações de "Risco Sacado", que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis com instituição financeira.

**14. Obrigações sociais e trabalhistas**

	2024	2023
Salários a pagar	1.681.393	1.596.870
Provisão de férias e encargos sociais	4.188.308	4.184.218
INSS a recolher (i)	23.874.549	454.561.942
FGTS a recolher	2.301.454	39.999.091
Outras obrigações sociais e trabalhistas	37.188	-
	<u>32.082.892</u>	<u>500.342.121</u>

(i) A variação refere-se a transferência de grande parte do saldo devedor para a rubrica "Transação PGFN – Obrigações fiscais", após a conclusão da Transação Tributária junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15(i).

**15. Obrigações fiscais**

	2024	2023
IPI a recolher	-	141.031.492
ICMS a recolher (i)	526.101.053	506.331.420
IRRF a recolher	595.077	127.241.627
IRPJ a recolher	-	337.538.727
CSLL a recolher	-	96.143.261
PIS a recolher	382.751	232.510.421
COFINS a recolher	1.762.962	912.238.382
Dívida ativa - Débitos previdenciários	11.300.860	-
Dívida ativa - Débitos não previdenciários	3.485.222	-
Transação PGFN (ii)	293.873.439	61.932.235
Outras obrigações fiscais (iii)	634.449	6.932.235
	<u>830.135.613</u>	<u>2.414.967.565</u>
Circulante	545.262.174	2.414.967.565
Não circulante	293.873.439	-

(i) Referem-se, basicamente, a débitos de ICMS gerados entre 1991 e 2023, os quais encontram-se em negociação junto a secretarias estaduais.

(ii) O Grupo João Santos, do qual a Itabira Agro Industrial S/A – Em Recuperação Judicial faz parte, firmou acordo, em agosto de 2023, de Transação Tributária junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN"), com o fito de regularizar as dívidas fiscais existentes e inscritas em dívida ativa até dezembro de 2022, em nome das suas quarenta e uma empresas, no montante aproximado de R\$10,7 bilhões. Após meses de negociação e definições sobre o grau de recuperabilidade da dívida, a PGFN e o Grupo João Santos chegaram a termos da transação que resultaram na redução de aproximadamente 86% do valor inscrito em dívida ativa, sendo 64% referentes a descontos de multa e juros e 22% referentes a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro. No caso da Itabira Agro Industrial S/A – Em Recuperação Judicial os montantes envolvidos montaram a R\$1.282.693.919 e R\$405.021.404, respectivamente.

A efetivação do pagamento inicial de R\$230.000.000 para consolidação da transação foi realizada nos dias 31 de janeiro e 29 de fevereiro de 2024, nos valores de R\$ R\$150.000.000 e R\$80.000.000, respectivamente, obedecendo todas as cláusulas vigentes para celebração do referido acordo, de forma que foram refletidos os impactos de descontos e compensação de prejuízos fiscais no exercício de 2024. O prazo para quitação do referido acordo é até agosto de 2026. Os recursos para os referidos pagamentos foram obtidos por meio de financiamento, na modalidade *debitor-in-possession* ("Financiamento DIP"), junto a ARC Crédito Líquido Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. A operação envolveu o oferecimento de garantias reais sobre bens imóveis e ativos minerais, cujas constituições obedeceram aos ritos previstos nos estatutos/contratos sociais de cada Companhia/empresa integrante do Grupo João Santos.

(iii) Referem-se a outros impostos e contribuições do âmbito federal.

**16. Parcelamentos tributários**

	2024	2023
Parcelamentos federais (a)	2.780.477	-
Parcelamentos estaduais (b)	358.912.452	281.611.627
Parcelamentos municipais (c)	470.206	688.962
Encargos sobre parcelamentos	533.673	-
	<u>362.696.808</u>	<u>282.300.589</u>
Circulante	29.829.442	20.923.319
Não circulante	332.867.366	261.376.771

(a) Refere-se a parcelamento de débitos de INSS, cuja homologação ocorreu em 28 de abril de 2022, dividido em 60 parcelas. Em 31 de dezembro de 2024 restavam 28 parcelas a serem liquidadas.

(b) Em agosto de 2023 e junho de 2024, foram negociados junto aos Governos dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, débitos de ICMS gerados entre 2004 e 2019 e entre 2009 e 2012, cujas liquidações se darão em até 180 e 84 meses, respectivamente.

(c) Em dezembro de 2023, foram negociados junto à Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim, no Estado do Espírito Santo, débitos de ISS gerados entre 2014 e 2022, cuja liquidação se dará em até 36 meses.

**17. Adiantamentos de clientes**

	2024	2023
Adiantamentos de clientes - Terceiros	3.234.717	3.692.570
Adiantamentos de clientes - Coligadas	272.629	272.629
	<u>3.507.346</u>	<u>3.965.199</u>

**18. Provisão para passivos financeiros**  
Representam saldos passivos constantes nos registros contábeis da Companhia, atualizados até a data do pedido de recuperação judicial, conforme art. 49 da Lei nº 11.101/2005, cuja documentação suporte foi recolhida pelas autoridades judiciais. Entretanto, a Administração, de forma conservadora, optou por manter a provisão dos saldos anteriormente constituídos sujeitos a futuros ajustes, caso sejam necessários.

**19. Passivos em recuperação judicial**

	2024	2023
Fornecedores	83.946.096	37.302.342
Instituições financeiras	6.568	6.568
Credores trabalhistas	17.879.953	28.241.290
	<u>101.832.617</u>	<u>65.550.200</u>

Referem-se aos valores apresentados na segunda lista de credores, divulgada em maio de 2023 e atualizada em setembro de 2024, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1(b).

**20. Provisão para contingências**  
**(a) Perdas prováveis, provisionadas no balanço**  
A Companhia é parte envolvida em processos de naturezas cível e tributária e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. A Companhia estima os seguintes desembolsos prováveis de caixa:

	2024
Cível	73.303.341
Tributária	1.779.870
	<u>75.083.211</u>

**(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço**  
Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui ações de natureza cível envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$83.012.000.

**(c) Processos transitados em julgado – Decisão STF**  
No dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva transitada em julgado, sobre a constitucionalidade de tributos recolhidos de forma continuada (relação tributária de trato sucessivo), perde seus efeitos automaticamente caso o Supremo Tribunal Federal (STF) se pronuncie, posteriormente, em sentido contrário. Isso significa, na prática, que decisões proferidas em ação direta (ADI ou ADC) ou em sede de recurso extraordinário com repercussão geral interpostos em virtude dos efeitos das decisões anteriores, no contexto de relações tributárias de trato sucessivo, mesmo que já

transitadas em julgado. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que, nos casos em que uma coisa julgada seja desconstituída e o respectivo tributo seja considerado devido, devem ser respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo (Decisão Relativização Coisa Julgada).

A administração da Companhia efetuou um inventário dos processos tributários transitados em julgado para os quais utiliza o benefício de repercussão geral e não identificou situações existentes e que podem ser impactadas pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

**21. Passivo a descoberto**  
**(a) Capital social**  
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia é de R\$410.644.232, dividido em 1.336.602 ações, no valor nominal de R\$307,23 cada uma, sendo 1.129.421 ações ordinárias e nominativas e 207.181 ações preferenciais, resgatáveis, nominativas da classe "A", composto da seguinte forma:

Acionista	Participação (%)	Valor (R\$)
Nassau Administração e Participações Ltda.	33,90%	139.208.395
Itamaracá S/A	18,24%	74.901.508
Itapui Barbalhense Indústria de Cimentos S/A	14,64%	60.118.316
Itajubara S/A - Açúcar e Alcool	11,81%	48.497.084
Itapetinga Agro Industrial S/A	11,57%	47.511.538
Itapessoca Agro Industrial S/A	6,44%	26.445.489
João Pereira dos Santos (Espólio)	1,86%	7.637.983
Itaguarema Imobiliária Ltda.	0,76%	3.120.896
Celulose e Papel de Pernambuco - CEPASA	0,52%	2.135.350
Itapagé S/A - Celulose, Papéis e Artefatos	0,11%	451.709
Companhia Agro Industrial de Goiana	0,07%	287.451
Outros acionistas	0,08%	328.513
	<u>100,00%</u>	<u>410.644.232</u>

**(b) Destinação do lucro do exercício**  
O lucro líquido da Companhia terá a seguinte destinação, conforme estatuto:  
• 5% para constituição de reserva legal, até que atinja 20% do capital social;  
• Provisão para importância necessária para as despesas do exercício seguinte e para a manutenção da sociedade;  
• O saldo remanescente será objeto de deliberação em Assembleia Geral.

**(c) Ajustes de exercícios anteriores**

	2024	2023
Regularização de saldos patrimoniais (valor líquido)	240.030.273	6.001.263
Ajustes do saldo de passivos em recuperação judicial	<u>11.011.861</u>	<u>34.015.802</u>
	<u>251.042.134</u>	<u>40.017.065</u>

**22. Receita operacional líquida**

	2024	2023
Receitas brutas	-	-
Vendas brutas de produtos	340.093.364	335.057.451
Revenda de produtos	228.582	786.274
Outras receitas	-	4.635
	<u>340.321.946</u>	<u>335.848.360</u>
Deduções	-	-
Tributos sobre vendas	(81.853.190)	(82.965.089)
Devoluções e descontos	(1.573.291)	(2.302.767)
	<u>(83.426.481)</u>	<u>(85.267.856)</u>
	<u>256.895.465</u>	<u>250.580.504</u>

**23. Custos e despesas por natureza**

	2024	2023
Insumos	(94.348.135)	(100.618.615)
Combustíveis e lubrificantes	(2.344.757)	(2.110.199)
Energia elétrica	(36.313.968)	(40.952.174)
Salários e ordenados	(24.877.144)	(24.339.957)
13º salário e férias	(4.780.992)	(5.364.228)
INSS e FGTS	(12.732.853)	(10.819.260)
Programa de alimentação do trabalhador - PAT	(2.226.205)	(1.425.094)
Serviços prestados - Pessoa jurídica	(21.274.910)	(23.880.871)
Depreciação, amortização e exaustão	(7.380.073)	(8.626.923)
Materiais de reposição	(14.877.384)	(18.339.357)
Fretes	(8.038.314)	(4.799.102)
Manutenções	(7.586.203)	(6.505.788)
Provisão para contingências	(75.083.211)	-
Outros custos e despesas	(11.323.532)	(9.189.319)
	<u>(323.187.681)</u>	<u>(256.970.887)</u>
Custo dos produtos vendidos	(204.391.534)	(222.192.600)
Despesas comerciais, gerais e administrativas	<u>(118.796.147)</u>	<u>(34.778.287)</u>
	<u>(323.187.681)</u>	<u>(256.970.887)</u>

**24. Resultado financeiro**

	2024	2023
Receitas financeiras	-	-
Juros e descontos ativos	988.702	702.680
Juros obtidos na liquidação de duplicatas	-	434.009
Descontos obtidos sobre tributos (i)	1.282.693.919	-
Outras receitas financeiras	-	26.057
	<u>1.283.682.621</u>	<u>1.162.746</u>
Despesas financeiras	-	-
Descontos concedidos	(3.855.979)	(60.234)
Juros sobre parcelamentos de tributos	-	(2.125.541)
Juros e multas sobre impostos e contribuições	(103.691.769)	(350.944)
Atualização monetária sobre tributos	(27.190.986)	-
Outras despesas financeiras	(878.446)	(43.655)
	<u>(135.617.180)</u>	<u>(2.580.374)</u>
	<u>1.148.065.441</u>	<u>(1.417.628)</u>

(i) Referem-se aos efeitos do desconto de multas e juros, decorrentes da transação efetuada junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme descrito na Nota Explicativa nº 15(i).

**25. Partes relacionadas**

	2024	2023
Ativo circulante	-	-
Contas a receber de clientes	-	-
CBE – Companhia Brasileira de Equipamento	2.051.498	989.279
Cimentos do Brasil S/A – CIBRASA	180.259	-
Itaguarema S/A	13.335.732	-
Itaguassu Agro Industrial S/A	1.543.847	-
Itaituba Indústria de Cimentos do Pará S/A	256.203	-
Itapessoca Agro Industrial S/A	430.922	-
Itapetinga Agro Industrial S/A	4.855.643	-
Itapicuru Agro Industrial S/A	2.046.129	1.919.920
Itapissuma S/A	73.869	-
Itapitanga Indústria de Cimentos de Mato Grosso S/A	280.889	-
Itaúnga Agro Industrial S/A	92.869	-
Nassau Editora, Rádio e Televisão Ltda.	63.274	-
Outros	83.090	11.410
	<u>25.294.224</u>	<u>2.920.609</u>

**Adiantamentos**

CBE – Companhia Brasileira de Equipamento	1.394.115	-
Cimentos do Brasil S/A – CIBRASA	2.944.233	-
	<u>4.338.348</u>	-

**Outras contas a receber**

Acionistas	11.123.605	10.801.090
Sociedade de Táxi Aéreo Weston Ltda.	-	2.495.035
Itaguassu Agro Industrial S/A	-	187.875
	<u>11.123.605</u>	<u>13.484.000</u>

**Passivo circulante**

Fornecedores	83.946.096	37.302.342
CBE – Companhia Brasileira de Equipamento	165.987	14.514.829
Itaguassu Agro Industrial S/A	-	2.312.304
Itaipava S/A	-	26.861.715
Itapessoca Agro Industrial S/A	-	1.416.243

Itapetinga Agro Industrial S/A	-	330.351
Itapissuma S/A	-	916.840
Itauna Agro Pecuária e Mecanização Ltda.	-	720.979
Itaúnga Agro Industrial S/A	-	1.031.687
Nassau Editora, Rádio e Televisão Ltda.	346.697	259.284
Outros	-	173.911
	<u>512.684</u>	<u>48.538.143</u>

**Adiantamentos de clientes**

	Ativo não circulante	Passivo não circulante
	2024	2023
Itapicuru Agro Industrial S/A	271.675	271.675
Itaipava S/A	954	954
	<u>272.629</u>	<u>272.629</u>

**Mútuo (\*)**

	Ativo não circulante	Passivo não circulante
	2024	2023
Agrimex – Agroindustrial Mercantil Excelior S/A	60.176.527	60.220.508
CBE – Companhia Brasileira de Equipamento Celulose e Papel de Pernambuco S/A – CEPASA	117.454.465	117.447.849
Cimentos do Brasil S/A – CIBRASA	235	-
Companhia Agro Industrial de Goiana	65.072	43.462.060
Empresa Energética Santa Teresa Ltda.	413.105	413.105
Indústria de Sacos de Papel S/A	-	394.537
Itaberaba Agropecuária Ltda.	14.990.216	15.015.177
Itabuna Agropecuária Ltda.	279.635	401.276
Itaguarema Imobiliária Ltda.	23.660.810	25.182.465
Itaguassu Agro Industrial S/A	-	78.026
Itaúnga Agro Industrial S/A	-	15.381.694
Itaúnga Transportes Ltda.	-	-
Itaipava S/A	181.737.177	195.519.153
Itaituba Indústria de Cimentos do Pará S/A	-	-
Itajubara S/A Açúcar e Alcool	-	-
Itamaracá S/A	15.000	9.412
Itaocara Agropecuária Ltda.	1.277.598	1.277.598
Itapagé S/A Celulose e Papéis e Artefatos	69.901.944	75.827.603
Itapessoca Agro Industrial S/A	-	-
Itapetinga Agro Industrial S/A	-	-
Itapicuru Agro Industrial S/A	-	600
Itapissuma S/A	81.596.764	93.124.180
Itapitanga Indústria de Cimentos de Mato Grosso S/A	-	-
Itapuama Agroindustrial e Serviços Ltda.	-	44.806.867
Itauna Agro Pecuária e Mecanização Ltda.	14.660.805	15.302.491
Itaúnga Agro Industrial S/A	34.828.978	44.367.730
Mamaoba Agro Pastoral S/A	79.309.064	83.398.850
Nassau Administração e Participações Ltda.	699.419	833.801
Nassau Editora, Rádio e Televisão Ltda.	115.380	-
Sociedade de Táxi Aéreo Weston Ltda.	7.024.636	8.989.706
Tribuna Publicidade Ltda.	648.666	648.633
Versal Gráfica e Editora S/A	2.329.370	1.712.603
Outros	1.832.090	2.884.128
	<u>715.254.292</u>	<u>798.917.065</u>
	<u>397.755.181</u>	<u>333.309.663</u>

(\*) Refere-se a operações entre partes relacionadas cujos prazos de vencimento são indeterminados e não há atualização monetária nem incidência de juros sobre as refer

## 9225 ITABIRA - BALANCO.pdf

Código do documento: 9225



### Assinado por:



NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130  
Certificado Digital  
E-mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

### Registro de Eventos:

18 jul. 2025, 00:01:00 - UPLOAD

**Documento:** 9225

**Criado por:** Mariana Melim **Email:** artemariana@redetribuna.com.br

**DATE\_ATOM:** 2025-07-18T00:01:43-03:00

18 jul. 2025, 00:01:43 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

**DATE\_ATOM:** 2025-07-18T00:01:43-03:00

18 jul. 2025, 00:01:43 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130

**E-Mail:** publicidade@grupotribunaonline.com.br

**Emissor do Certificado:** CN=NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO  
JUD:27065150000130, OU=videoconferencia, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do  
Brasil - RFB, OU=47317285000152, L=VITORIA, S=ES, O=ICP-Brasil, C=BR

**DATE\_ATOM:** 2025-07-18T00:01:43-03:00

### Hash do documento original:

[SHA256]: fe665a7201be9d78e047335eacd9f43ce4e803c955a625953bd5cb749ca852d6

[SHA512]: 3f00db2e88d28ca31ab11ed40bd212642cbc131b0c992a1e6f04342ec4f8e7475eecbaa7b9a4ae0a9de340a874b84d6aba90d1b1389b33e95a575d70bab1704e

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB